

A condição masculina na sociedade

MARIA BEATRIZ NADER
Professora de História da UFES

Resumo

O texto discorre sobre a definição e a importância de papel social, observando que cada sexo é levado a ocupar uma posição diferente na sociedade. Analisa exclusivamente aspectos do papel social masculino, assim como sua determinação biológica e cultural dentro do modelo social patriarcal. O objetivo básico é mostrar a condição de superioridade do homem e o modo como esse sentimento cultural se desenvolve dentro da sociedade.

Palavras chaves: Masculinidade; Identidade; Sociedade patriarcal.

Abstract

This work aims to discuss the importance of social role of the male, and its concept by observing that each Sex is forced to play different roles in society. It specifically analyses aspects of social role of the male, as well as its cultural and biological determination within a social patriarchal pattern. It also has the intent of pointing out the man's position of superiority and how it – as a cultural awareness – is developed in society.

Keywords: Masculinity; Identity; Patriarchal society.

Papel social¹

A GRANDE MAIORIA DOS ESTUDOS E PESQUISAS sobre o papel social, até o final da década de 1970, direcionava-se para campos da educação, da pedagogia e da psicologia, sem a preocupação mais específica de relacionar as questões tratadas com as condições concretas de vida da população. O móvel desses estudos, de qualidade eminentemente androcêntrica, consistia em justificar o emprego do masculino genérico, ficando o gênero feminino apenas subentendido, quando não invisível.

Após aquela década, as discussões acadêmicas relativas aos estudos sociais deram ênfase às pesquisas sobre a história da família e, conseqüentemente, voltaram-se para a história da mulher, principalmente no que dizia respeito à libertação feminina do jugo que lhe foi imposto pela sociedade, durante milênios. Esses estudos transformaram-se numa produção sem precedentes na história da academia. Os trabalhos relacionavam-se não somente aos aspectos da vida social da família e da mulher, mas também às condições de vida, tais como sexo, filhos, saúde, casamento, divórcio, profissão, salário, moradia, escolaridade, movimento feminista, entre inúmeros outros temas. A principal justificativa para essa grande quantidade de pesquisas era a situação da mulher na sociedade como um ser anteriormente ignorado pela História. Por ter tido sua vida atrelada à história da família, a mulher merecia agora ser tema de pesquisa.

Entre os inúmeros estudos sobre o gênero feminino, chamam atenção aqueles que tratam da mulher trabalhadora, dos estereótipos e arquétipos femininos, da rotina da dona-de-casa, da dupla jornada de trabalho, da beleza, da feminilidade e da predestinação da mulher, que faziam parte de um conjunto de produção que buscava explicações para as desigualdades sociais e clarificação no entendimento do que se convencionou chamar de papel social feminino.

Tanto na cultura ocidental, até bem pouco tempo, como na oriental, até o presente momento, particularizando nesta última a islâmica, os papéis sociais são delineados com muita rigidez, e, por isso, os papéis sociais masculino e feminino são fundamentalmente diferentes. O desempenho que a sociedade, de modo geral, espera da mulher, em razão de seu papel feminino, é primeiramente a submissão, a recepção de ordens sem questionamentos, sem reações emotivas, e a sua permanência na esfera privada. Quanto ao homem, o principal papel que a sociedade lhe atribui é o de um ser corajoso e calculista

diante da vida. Em oposição à da mulher, sua realização deve dar-se na vida pública, assumindo diante da família o papel de provedor e de chefe.

O aspecto viril do homem e as qualidades feminis da mulher são tão importantes na manutenção da ordem de diferenças hierárquicas sociais que passaram a ser elementos básicos na formação da vida de cada homem e de cada mulher.

A sociedade espera que cada sexo cumpra as atribuições pertinentes ao seu papel social, e, por isso, delimita os espaços de atuação do homem e da mulher, construindo, dentro dessa delimitação espacial, a identidade sexual de cada um. Na realidade, a sociedade atribui papéis distintos para o homem e a mulher e isso cria os campos de atuação de cada sexo, ou seja, o papel social feminino e o papel social masculino.

Conceito de papel social

A PREOCUPAÇÃO COM O CONCEITO DE PAPEL SOCIAL é relativamente nova. Adotado da literatura e, em séculos mais recentes, do teatro, o conceito, de modo geral, assinala comportamentos contínuos de indivíduos que ocupam, ou procuram ocupar, determinada posição social. É como se fosse uma peça teatral na qual os indivíduos são vistos como intérpretes que harmonizam seus gestos de acordo com um roteiro, para um público formado por outros indivíduos que julgam e avaliam seu desempenho. É fácil aplicar esse exemplo no cenário real da vida, pois todo indivíduo representa um papel social, o que expressa essa transferência numa categoria sociológica.²

Foi a partir dos estudos dos conceitos de *status* que surgiu o entendimento de papel social para indicar a posição do indivíduo na sociedade. Originado da filosofia social que orienta a idéia de que a organização da sociedade só se dá com a distribuição de direitos e obrigações, o termo *status* designa a soma de capacidades legais de um indivíduo, seus poderes sobre si e sobre os outros. A partir disso, pode-se definir papel social como um conjunto de direitos e deveres, definindo da mesma forma a palavra “papel” como a viabilização desses direitos e deveres.

Várias formas de utilização sociológica depuram os conceitos de forma a aparelhá-los com clareza, seja sublinhando o caráter estritamente sociológico da teoria, seja empregando conhecimentos estruturais da psicologia social. O fato é que, enquanto uns relacionam o conceito de papel social ao comportamento desempenhado, mais ou menos relacionado com a posição

social, outros o vinculam às expectativas de conduta em função da correspondente posição social.

É o caso de Salem (1980), quando relaciona dois aspectos analíticos e empiricamente distintos ao conceito de papel: a expectativa da conduta e o comportamento efetivamente realizado.

O primeiro refere-se às *expectativas de desempenho* do indivíduo pelo fato de o mesmo ocupar uma posição social determinada. O que se espera desse indivíduo é um comportamento tipificado, dentro de padrões interacionais, que gera expectativas significativas em outros indivíduos de sua convivência. O retrato heterogêneo que emerge mostra uma imagem do indivíduo como possuidor de uma capacidade calculadora, deliberativa e manipuladora, desejoso de ajustar-se e adaptar-se a situações, além de manter uma concepção de si próprio como certa espécie de indivíduo.

O segundo aspecto refere-se ao *desempenho efetivo* do indivíduo. Aqui, Salem (1980) engloba os dados observáveis do comportamento do indivíduo e a forma como explica suas práticas. Outhwaite (1996) acrescenta a este último aspecto a visão que se tem daquele indivíduo: como alguém que se comporta de modo apropriado ao lugar que ocupa num sistema de posições interligadas, que formam uma estrutura social, ou seja, o indivíduo que desempenha o papel pertinente ao seu *status*. Os outros indivíduos vêem aquele como pessoa capaz de se conduzir de forma a obter recompensa (salário ou poder), evitando custos e promovendo o sustento de si próprio. Por causa disso, os indivíduos são conceituados como criadores de comportamentos mais do que como executores de comportamentos a eles atribuídos em virtude de ocuparem determinada posição.

Percebe-se, portanto, que, nas Ciências Sociais, o conceito de papel social é muito amplo, podendo-se afirmar que ainda hoje não existe um consenso quanto ao modo pelo qual é definido. Por isso, ao longo deste trabalho esse conceito emergirá paralelamente à orientação teórica subjacente à pesquisa, bem como aos seus principais objetivos.

A DETERMINAÇÃO BIOLÓGICA E CULTURAL DO PAPEL SOCIAL

A divisão dos papéis sociais é determinada por fatores tanto biológicos como culturais que atuam sobre a vida dos homens e das mulheres, antes mesmo de eles nascerem. Desde a concepção, os pais já começam a delinear a trajetória de vida de seus filhos. O feto é moldado pelo elemento humano à sua volta desde as primeiras fases intra-uterinas. Tendendo a sentir o que a própria mãe

sente, o feto experimenta sensações ora de um perfeito bem-estar, ora de angústia, acarretando um estado que se presume ser constituído pela mais severa forma de ansiedade experimentada pelo ser humano.

Após o nascimento, o ambiente familiar, primeiro grupo social do indivíduo, irá reproduzir na criança os interesses culturais do meio onde habita e reforçar as diferenças biológicas, transformando-as em características psicológicas que vão influenciar o indivíduo por toda a vida.

Nos três primeiros anos de vida, muitos processos desenvolvem-se e as necessidades passam a manifestar certa ordem hierárquica. A criança, dependente da sociedade para atender às suas necessidades básicas de vida, começa a receber informações que vão dar origem aos condicionamentos e hábitos de vida, formatando sua identidade sexual. Uma das características fundamentais dessa fase é a curiosidade, que a leva a descobrir o que se passa ao seu redor, a observar e assimilar os valores e atitudes de sua cultura, os quais permitam a identificação de seu papel na sociedade. Imita o comportamento dos adultos, adquire valores e começa a dominar os padrões de comportamento que deverá assumir quando estiver adulta.

A tipificação sexual da criança começa a se moldar com a curiosidade sexual, que começa muito cedo, algumas vezes, antes do terceiro ano. A curiosidade não está relacionada às diferenças de sexo, que nada significam ainda para a criança, mas às diferenças entre os modelos masculino e feminino a que a família dá ênfase a partir das premissas culturais de que o homem e a mulher devem ter comportamentos diferentes.

Badinter (1993) afirma que as crianças formam sua identidade sexual pelas semelhanças com determinadas pessoas e pelas diferenças com outras. E acrescenta que o sentimento da identidade sexual também obedece a esse processo de definição.

As matrizes básicas – sexo, gênero e identidade de gênero – estão presentes no interior da formação do sentimento da identidade sexual. Mas, para o seu entendimento, é necessário haver uma distinção entre os termos, para usá-los depois, em combinação, no decorrer da análise. Esse entendimento exige um exame rápido, mas detalhado, de cada uma deles.

Sexo

A MATRIZ BÁSICA *SEXO* PODE SER ENTENDIDA como um elemento da natureza possivelmente explicável como parte da evolução da espécie humana. As funções

e qualidades das espécies, assim como o corpo de cada sexo, são diferentes, exibem órgãos e formas especiais que os diferenciam em grupos ou conjuntos de qualidades próprias.

A palavra sexo remete à condição natural de macho ou fêmea, que distingue os seres por meio de seus órgãos genitais. O mecanismo que determina a diferença sexual, no corpo humano e na maioria dos organismos bissexuais, consiste de um par especial de cromossomos presente nas células que dão origem ao ser humano. Nessas células existem 23 cromossomos; o 23.º diferencia-se e determina os dois sexos: nas mulheres, os dois cromossomos sexuais são iguais e foram designados como cromossomos X. Nos homens, o par consiste de um cromossomo X e de outro, chamado Y. As células do espermatozóide contêm o cromossomo X (ginosperma) e o cromossomo Y (androsperma). As células sexuais (óvulos, nas mulheres, e espermatozóides, nos homens), formadas por um processo chamado mitose redutora, apresentam, ao invés do par, um único cromossomo sexual, ou seja, todos os óvulos femininos contêm apenas o cromossomo X. Nos óvulos, estes são sempre X, enquanto, nos espermatozóides, podem ser X ou Y.

Um espermatozóide de cromossomo X, quando fertiliza um óvulo (X), origina sempre um bebê do sexo feminino (XX). Quando o espermatozóide com o cromossomo Y fecunda um óvulo, gera sempre um bebê do sexo masculino (XY). Logo, o sexo da criança é definido pelo cromossomo do espermatozóide que fecunda o óvulo, ou seja, o cromossomo masculino é que define o sexo do bebê.

Cientistas contemporâneos alegam que a diferenciação entre uma célula XX e uma XY se inicia pelo tamanho: as células XX constituem-se no grupo de cromossomos grandes, enquanto as células XY são, aproximadamente, duas mil vezes menores. Outra diferenciação está na necessidade de sobrevivência que o cromossomo XY tem em relação ao cromossomo XX, depois de fecundado o óvulo. Nenhuma célula fecundada pode sobreviver por muito tempo sem que contenha o cromossomo X. Portanto, nenhum homem pode sobreviver se não receber o cromossomo X da mulher.

Sob condições normais, os cromossomos sexuais coordenam a transformação do óvulo fecundado em um embrião que não demonstra seu sexo nas primeiras semanas. Na sexta semana de desenvolvimento do embrião, a aparência do órgão genital externo, a gônada, ainda é indefinida ou indiferenciada. Se o bebê for geneticamente masculino, o falo e a uretra vão desenvolver-se, enquanto a pele cobrirá a cavidade urogenital, formando o escroto, que abrigará os testículos futuramente. Se o embrião não tiver substâncias masculinizantes, ou

seja, se o cromossomo Y não impuser na gônada suas características masculinas, a base sexual produzirá um embrião geneticamente feminino, após o segundo mês de desenvolvimento.

Parece uma “corrida de revezamento”, argumenta Badinter (1993), na qual o principal papel do cromossomo Y é desviar a tendência espontânea de a gônada embrionária indiferenciada formar um ovário e forçá-la a produzir um testículo. Isso porque a forma humana sobrevivente básica é feminina e a masculinidade é como se fosse algo “adicional”. “O macho é a fêmea *mais alguma coisa*”, acrescenta a autora.

Gênero

ORIGINADO DO LATIM *GENUS*, o significado do termo gênero, entre outros sinônimos, quer dizer o conjunto de espécies ou agrupamento de indivíduos, objetos, fatos, idéias, que apresentam certo número de caracteres comuns, convencionalmente estabelecidos.

Definindo categorias de caráter relacional, tais como a categoria gramatical e a categoria de oposição binária, o gênero diz respeito ao homem e à mulher, afirma Scott (1990). A primeira impõe regras que determinam as atribuições do gênero masculino e do gênero feminino. Em termos gramaticais, gênero funda-se, em princípio, nas distinções entre os sexos masculino, feminino e neutro. Desse modo, as palavras comprometem-se com valores sociais, trazendo uma carga moral responsável por qualquer frase que se formule com interesse ou não sobre algum aspecto. A outra trata das diferenças sexuais inseridas no conjunto das oposições que organizam o universo, as funções e os atos sexuais que trazem em si determinações antropológicas e cosmológicas. O antagonismo entre os sexos baseia-se na idéia arquetípica dos opostos que se complementam, dando origem, na civilização ocidental, às concepções do bem e do mal, do claro e do escuro, do duro e do mole, do fora (público) e do dentro (privado), do seco e do úmido, o que, para muitos, corresponde aos movimentos do corpo, afirma Bourdieu (1999).³

O termo gênero não tem o mesmo significado de sexo. Gênero rejeita a idéia do determinismo biológico, implícito no termo “sexo” ou na expressão “diferença sexual”, e está ligado à construção social do sujeito masculino ou feminino, ou seja, representando o aspecto social das relações entre homens e mulheres, gênero é um conceito que se distingue do conceito biológico de sexo (Scott, 1990).

Não se trata de voltar a atenção a somente um sexo como objeto de estudo, mas ao processo da formação de cada um. O conceito de gênero implica a idéia de pluralidade, ou seja, cada sociedade, cada grupo étnico, cada classe social e cada geração tem sua concepção de homem e de mulher (Scott, 1990; Samara, 1997). Essa concepção, dentro de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo e de uma mesma classe social é diversificada e se transforma em cada período histórico. Não obstante, as relações de gênero têm em comum as diferenciações entre homens e mulheres, apesar da imensa variabilidade social da natureza da diferença.

O caráter social das diferenças entre homens e mulheres permite que se perceba uma estreita ligação entre o social e o biológico, embora a construção dos gêneros seja, fundamentalmente, um processo social e histórico.

O termo gênero não se define por si só e a palavra não é de compreensão imediata, não só pelo seu conceito, que está sempre em transformação, mas também pelo fato de o mesmo sofrer influência da localização e da justificativa de seu objeto de estudo. No entanto, os principais estudos sobre gênero enfatizam as relações sociais dos sexos baseadas em traços e capacidades humanas controladas por somente uma de suas partes inter-relacionadas: o elemento do sexo masculino. A consciência coletiva falocrática, durante milênios, exerceu seu domínio social no agrupamento de indivíduos da sociedade humana, numa ordem estabelecida como natural e perpetuada em suas relações de dominação, direitos, imunidades, privilégios e injustiças, dando conotações psicológicas e/ou culturais à idéia de gênero.

No mundo ocidental, a idéia da ordem falocrática prevaleceu-se da narrativa bíblica de que a mulher foi criada a partir de uma costela de Adão, dando origem à *dependência natural* do sexo feminino ao homem. Disso resultou o entendimento das relações de dominação que se perpetuaram muito facilmente, mesmo diante de situações intoleráveis tidas como aceitáveis ou até mesmo consideradas naturais, tais como a dominação masculina (Bourdieu, 1999).

Muitas discussões sobre a aceitação e a submissão da mulher à dominação masculina, ou mesmo sua reação às restrições que a sociedade patriarcal promove em suas vidas, foram realizadas ao longo do século XX. Debates foram travados acerca da marginalização da mulher na história, seu obscurantismo como sujeito político, sua nula participação nas mudanças sociais, sua participação na manutenção da ordem falocrática, entre outros.⁴ Por outro lado, as discussões acirraram-se quando se manifestaram as pesquisas que denunciavam violência

masculina para com as mulheres e abuso, por parte dos homens, da sexualidade das mulheres. Eram estudos de mulheres espancadas, humilhadas e sem história.⁵

A partir dessas discussões, “gênero” passou a ser utilizado por feministas norte-americanas que visavam acentuar o caráter essencialmente social das distinções baseadas no sexo. As análises feministas radicais indicavam que a diferenciação de gênero era basicamente uma questão de desigualdade entre os gêneros, sendo o masculino o dominante.

A palavra original *gender* indicava uma nova modalidade de estudos, de acordo com a qual homens e mulheres deveriam ser definidos em termos recíprocos e nenhuma compreensão de um deles poderia ser alcançada por um estudo em separado.

O gênero passou, então, a ser considerado uma categoria de análise histórica, propiciando a emergência da “história cultural”, tida como uma nova tendência historiográfica, mas que perpassa várias outras áreas científicas.⁶ A categoria de análise de gênero perpassa e se expressa também em muitas áreas da vida social, tais como a cultura, a ideologia e as práticas discursivas, além de contribuir para a construção das relações de gênero na divisão do trabalho, no lar, na organização do estado, na sexualidade, na estruturação da violência e em muitos outros aspectos da organização social.

O gênero como categoria de análise evoluiu e transformou-se em referência para a construção social das diferenças entre homens e mulheres, sem, contudo, desconsiderar as diferenças biológicas existentes entre os sexos. Os aspectos biológicos dos sexos pertinentes à compreensão do gênero dentro das ciências sociais passaram a ser encarados, de maneira ampla, como resolvida, ou seja, a organização social passou a ser considerada o fator esmagadoramente preponderante.

Seguindo essa concepção, o termo gênero supõe a imbricação do social e do biológico, quando entende que, em cima de diferenças biológicas, outras são construídas. No entanto, o feminino e o masculino não se constroem independentemente, mas sim um em relação ao outro, a partir do processo de diferenciação, não significando, contudo, que masculino e feminino sejam pólos opostos.

Núcleo de identidade de gênero

DERIVADO DA PALAVRA LATINA *IDEM*, que significa igualdade e continuidade, o termo identidade designa “assimilação de um aspecto, propriedade e atributo

de outro” (Outhwaite, 1986), assim como “é o reconhecimento de outro por um aspecto, propriedade ou atributo” (Silva, 1986).

No século XX, identidade tornou-se amplamente utilizada em descrições que buscavam determinar “quem a pessoa realmente é”. Tratando inicialmente de grupos sociais cujo caráter de união eram a exploração e a injustiça, a identidade foi, em última análise, generalizada para toda a sociedade.

Especificamente nas ciências sociais, várias teorias foram aventadas por Silva (1986) para explicar como se processa a identidade, principalmente quando se trata de identidade sexual. Postulando a identidade de gênero como um produto do crescimento cognitivo, a teoria de Kohlberg parte da premissa de que existem categorias cognitivas básicas universais e que, a partir desse dado, se pode explicar a existência de atitudes sexuais universais, apesar das diferenças culturais e das estruturas familiares diferentes. Essa padronização das atitudes sexuais é essencialmente cognitiva, pois ela está enraizada nos conceitos que a criança tem das coisas físicas – o seu corpo e o dos outros –, conceitos que, por sua vez, a criança relaciona com a ordem social a seu redor, fazendo uma utilização funcional das categorias sexuais de forma quase que culturalmente universal. O processo de identidade de gênero inicia-se, segundo o autor, quando a criança começa a ouvir e apreender as classificações verbais relacionadas aos sexos. A partir daí a criança começa a se categorizar como menino ou menina e a aplicar essa categorização a outras pessoas. Outra teoria, postulada por Money & Hampson, acredita que o sexo determinado no indivíduo ao nascer pode ser diferente de qualquer uma das outras variedades sexuais – cromossomo, sexo das gônadas, sexo das estruturas internas, da genitália externa – e, mesmo assim, ser capaz de diferenciar uma identidade sexual ajustada ao sexo de criação, pela qual pauta o comportamento e as atitudes do homem e/ou da mulher. Baseados em anomalias sexuais, os autores verificaram que, apesar de ambigüidades nas características sexuais, muitos indivíduos adotaram, satisfatoriamente, a identidade do sexo segundo o qual foram criados, ou seja, a criança, ao nascer, é psicológica e sexualmente neutra. Somente o processo de socialização fará dela um ser masculino ou feminino, dependendo do sexo social que lhe for atribuído e das informações culturais que lhe forem apresentadas, com o objetivo de lhe moldar a identidade de gênero ao seu sexo biológico. A identidade de gênero deverá estar estabelecida até a criança completar três anos de idade, pois é nesse período que a criança adquire comportamento, interesses e atitudes apropriadas ao seu sexo.

Todas essas teorias, no entanto, reconhecem que os comportamentos diferenciados entre os sexos masculino e feminino representam o resultado de

convenções estipuladas pela sociedade e pela cultura em que ambos estão inseridos. É na família que o homem e a mulher apreendem os padrões culturais, tomam conhecimento de normas éticas, têm seu caráter moldado e se instruem sobre regras sociais. É dentro dessa instituição que o indivíduo vai crescer e fazer amadurecer as características consideradas adequadas ao seu sexo.

As diferenças biológicas dos indivíduos têm grande influência no desenvolvimento de suas características psicológicas. Tanto a menina quanto o menino têm suas vidas planejadas desde a concepção e suas vidas serão moldadas de acordo com o que sua própria cultura espera de cada um. Até hoje, nas culturas do mundo ocidental, espera-se do homem uma postura viril, calculista, corajosa, da mesma forma que se espera que seja bem sucedido na vida pública; da mulher espera-se justamente o contrário: mesmo que ela trabalhe fora do âmbito doméstico, seja independente financeiramente, tenha um nível de escolaridade elevado, deve ter uma postura dócil, ser receptiva e ter reações emotivas (Nader, 1997).

De modo geral, as culturas criam padrões de diferenças entre os sexos. Até o Século das Luzes, ser homem ou ser mulher correspondia a uma hierarquia, um lugar na sociedade, um papel cultural, e não a uma oposição biológica entre um e outro. Durante milênios, a ciência acreditou que as mulheres tivessem órgãos genitais iguais aos dos homens. As vivisseções de animais e a dissecações humanas feitas no mundo antigo levavam a afirmar que a vagina era o pênis voltado para dentro, o útero era o escroto e os ovários eram como testículos. Essa teoria, baseada na analogia, construiu um paralelo entre os corpos masculino e feminino e predominou no conhecimento da ciência sobre o corpo feminino até o século XIX.

O pensamento do mundo ocidental sobre o homem e a mulher divide-se entre duas abordagens aparentemente diversas sobre os sexos: ora privilegia o modelo da semelhança, ora prefere o modelo das oposições. Badinter (1993) afirma que, em fins do século XVIII, vários foram os pensadores que insistiram nas diferenças radicais entre os sexos, baseando-se nas novas descobertas biológicas, e que, em 1803, Moreau afirmava que essas diferenças se davam tanto física quanto moralmente. Diferentemente da idéia anterior – teoria da analogia –, a biologia ia tornar-se o fundamento social de cada sexo. O útero e os ovários definiriam a função maternal da mulher e fariam dela uma criatura oposta, em tudo, ao homem. Essa diferença radical dentro da sociedade estabeleceu destinos e direitos diversos de cada sexo, isto é, à mulher, a fêmea, ficaria reservado o comando da casa, da educação dos filhos e a preservação da

lei moral que decide os bons costumes; ao homem, o macho, ficaria reservado o mundo público, a produção dos bens e a política. Essa idéia suscitou a teoria da complementaridade dos sexos, em meio ao século XIX, pois não se concebia mais a idéia de desigualdade, uma vez que os sexos não podiam ser comparáveis.

Mesmo com essa nova teoria que complementariza os sexos e que impossibilita a comparação biológica e social entre o homem e a mulher, o homem continua sendo considerado pela sociedade humana como “*o representante mais perfeito da humanidade*” e, por isso, visto por ele próprio e pelas mulheres como o critério de referência e modelo para o campo social, físico, lingüístico, comportamental, entre outros, para modelar a sociedade e se firmar como o ser superior e o mais importante do meio social, o critério com o qual a mulher é comparada. Desde muito cedo, toda criança percebe que pertence a um sexo e não ao outro e os privilégios de pertencer ao sexo masculino, que é sempre tomado em consideração para ambos os sexos.

As diferenças biológicas entre os sexos desempenham importante papel no desenvolvimento de características psicológicas, e a identificação das crianças com os adultos é um processo relevante na formação psicológica do indivíduo. A família influencia profundamente o desenvolvimento da personalidade da criança, principalmente no que diz respeito à assimilação de valores e à aquisição de atitudes que ela vai desenvolver em função do seu papel masculino ou feminino. Ainda bebê, a criança recebe orientações comportamentais de acordo com o seu sexo e é estimulada a demonstrar aprendizado sobre as orientações recebidas. Ao manifestar um comportamento adequado às expectativas de seu estimulador, a criança é gratificada afetivamente, percebe que sua atitude foi correta e tende a repetir aquele comportamento. No entanto, quando o comportamento da criança não condiz com as expectativas de seu estimulador, a criança é repreendida. É o caso da menina que, quando tem um comportamento agressivo, é censurada e advertida a não mais se comportar daquela maneira, pois esse comportamento “*é coisa de menino*”. Se o menino tiver o mesmo comportamento, será recompensado. Esse fenômeno identifica cada criança com as possibilidades de seu sexo. A *identidade de gênero* começa quando a criança percebe que pertence a um sexo e não a outro (Nader, 1997).

O processo de diferenciação da identidade sexual ocorre muito cedo e, a partir de então, a identidade de gênero torna-se firmemente estabelecida. A criança faz uma categorização de si mesma e organiza atitudes em relação aos papéis sexuais masculino e feminino, que são o *cerne* da identidade de gênero e uma das identidades sociais mais básicas e estáveis de uma pessoa. A identidade sexual,

uma vez estabelecida, não muda nunca. Qualquer tentativa de reformulação, por meio de uma reclassificação social do sexo, será psicologicamente destrutiva para a criança, pois, além da identidade de gênero, existe o *núcleo de identidade de gênero*, ou seja, a convicção de que a atribuição dada ao seu sexo foi correta.

A uniformidade e a constância da percepção de processos que identificam um indivíduo com seus iguais é a *identidade de gênero*, que é vivenciada no comportamento e na percepção que a pessoa tem de si mesma. O *núcleo da identidade de gênero* é a vivência íntima do papel sexual que indica ao outro, ou a si mesmo, que se é masculino, feminino ou homossexual.

“Não importa que exista uma justaposição cultural e uma variação histórica de papéis eróticos atribuídos, cultural e socialmente, a cada um dos sexos” (Barbosa, apud Silva, 1986, p. 568). O importante é a limitação clara das fronteiras dos papéis eróticos e reprodutivos dos sexos, além do conteúdo tradicional dos papéis que delinea o lugar que cada sexo irá ocupar na sociedade.

Aspectos do papel social masculino

NINGUÉM PROPÔS ATÉ HOJE UMA ÚNICA definição do que vem a ser o papel social masculino. Não porque seja difícil e complexo de se entender, mas porque o termo tem uma série de significados convenientes que atendem aos interesses ideológicos de quem os produz.

Quando examinamos a literatura e a historiografia referentes à noção do papel social do homem e à explicação do entendimento do que venha a ser masculino, é difícil escapar ao sentimento de que tal entendimento seja dominado por uma grande confusão de interpretações. As definições do termo são por demais variáveis, e cada autor o conceitua de acordo com um ponto de vista pessoal. A impressão que se tem é que a mesma palavra descreve uma variedade de fenômenos, e não um fenômeno único. Tentar condensar os diversos entendimentos do que vem a ser o significado real em uma única definição seria, portanto, inútil, se é que seja possível.

Entre todas as idéias apreendidas, a palavra “masculinidade” se apresenta como comum, define o principal aspecto e justifica a explicação da definição do papel social do homem na sociedade. A palavra “masculinidade” é um texto organizado com diferentes conceitos, esboçado e caracterizado por diferentes saberes. Mais importante do que trançar as linhas que poderão proporcionar uma grande teoria global sobre masculinidade é determinar o que há de valioso em cada uma delas e o que pode ser descartado.

Algumas definições clássicas devem ser consideradas, porque são as perpassadas pela humanidade, em todos os tempos e lugares do planeta. Por isso nos deteremos em definições simples de saberes, como o vernáculo e o simbolismo, comuns a todos os seres.

O entendimento possível: a língua

“QUALIDADE DE MASCULINO OU MÁSCULO; virilidade.” É a definição de “masculinidade” encontrada em vários dicionários da língua portuguesa. Em se tratando dos “vocábulos originados de marcas e títulos registrados, porque são de uso comum na língua”, Aurélio (1986) explica que as principais características do masculino e do viril são a força, o vigor, a rigidez, a viripotência, a robustez e o heroísmo.

Várias observações, todavia, podem ser feitas em relação à explicação aureliana que comporta o senso comum. A primeira delas é que, considerando os estereótipos que carregam as explicações desse termo, mesmo sendo lingüisticamente um substantivo feminino, masculinidade refere-se somente ao portador do sexo masculino – o homem. Na língua portuguesa, a palavra *homem* é utilizada como equivalente à *humanidade*.

Cientistas sociais que estudam lingüística discutem essa equivalência como um problema a ser sanado, uma vez que essa igualdade de valores carrega um traço fundamental para análise das relações sociais (Leitão, 1981).

O termo *homem* foi identificado nas línguas clássicas antigas como o ser humano do sexo masculino, e o termo *humanidade* generaliza os traços desse ser, enquadrando o sexo feminino nesse universo como se a mulher também fosse um homem, entendimento que persiste até hoje, em pleno século XXI.

A língua portuguesa que qualifica o “*homem*” como “*humanidade*”, com isso estabelecendo a supremacia do vocábulo como força e poder, generalizando, designa todo o universo social de um país, de uma classe ou mesmo de uma raça. A nacionalização de um povo somente é apresentada referindo-se ao universo masculino, como, por exemplo, franceses, americanos, entre outros. Se houver referência às italianas ou às mexicanas, fala-se somente das mulheres nascidas na Itália ou no México, jamais de toda população.

Outro exemplo significativo dessa generalidade que pode ser considerado é a denominação dada às profissões. Embora a gramática portuguesa tenha instrumentos derivativos para gerar formas femininas para os substantivos, algumas profissões continuam mantendo-se em sua forma masculina quando

se trata de uma mulher, principalmente quando a profissão está inserida em uma esfera de poder e de garantia de alta rentabilidade financeira.⁷ O inverso, as profissões femininas, domésticas, quando transportadas para o sexo masculino, adquirem maior valor e consideração, como é o caso de “cozinheiro”.

Compreende-se, também, que a língua trata dos aspectos simbólicos do corpo humano, que é socialmente concebido e naturalmente o mais concreto, como um objeto de reprodução ideológica, uma vez que a sociedade condiciona o metabolismo masculino e feminino.

O entendimento forjado: a superioridade

CONSIDERADO PELA SOCIEDADE HUMANA, durante milênios, como “*o representante mais perfeito da humanidade*”, o homem sempre foi visto, pela ciência, pelas religiões, pelas artes, pelas crenças e por inúmeras culturas, como critério de referência e modelo para o campo social, físico, lingüístico, comportamental, entre outros, para modelar a sociedade e se firmar como o ser superior e o mais importante do meio social. Todo o desenvolvimento da medicina, da economia, da cultura, da religião e da sociedade perpassou pelo homem. Foi ele quem decidiu, organizou, coordenou, inventou, modelou, dominou e controlou toda a história da sociedade humana.

O homem acredita em uma superioridade masculina a ponto de dominar mulheres e outros homens, criando um sistema de relações sociais que garante a subordinação da mulher ao homem e do homem ao homem, dividindo a população em classes sociais profundamente desiguais.

Todo esse cabedal de forças transformou o homem em um ser que não se percebe como um gênero e um ser que divide com outros a ambiência do mundo terreno, um ser que é possuidor da “invisibilidade”, ou seja, o homem que, ao se olhar no espelho de manhã somente enxerga “um ser humano, universalmente generalizável”, possuidor do privilégio do modelo da semelhança universal. Considera-se patrimônio da humanidade, cujo inconsciente coletivo, o arquétipo, é o modelo padrão que deve ser copiado (Badinter, 1993).

Essa forma de se olhar como ser superior e padrão da humanidade interiorizou-se no inconsciente do homem e, por consequência, na vida cotidiana das sociedades através da História, desde muito antes da Antigüidade.

Tomando a análise feita por Monick (1993) sobre as imagens arquetípicas do falo, entendemos que as funções psíquicas do ser humano nascem no nível mais básico da energia primitiva, evoluindo até formar um padrão. A idéia de

superioridade do homem passou por esse processo de evolução psíquica, apresentando-se como uma imagem, “em velhas histórias” que, passadas de geração a geração, através dos séculos, em sonhos e em comportamentos comuns, repetiram e reforçaram padrões típicos da experiência humana no que se refere à masculinidade.

Deuses gregos e romanos foram integrados ao imaginário coletivo da humanidade na antiguidade ou pela força física, ou pela inteligência, caracteres típicos da força de um comportamento modelado e referenciado pela tipificação do que é exclusivamente masculino. A imagem desses deuses ajudou a fortalecer em toda a humanidade a idéia do poder da masculinidade.

Entendendo masculinidade como vigor, energia, força, eficácia, determinação, avanço, dureza, poder, o homem na realidade sempre teve a responsabilidade de manter-se dentro da autoridade subjetiva para si e objetiva para aqueles que estão ao seu redor.

A marca fundamental da masculinidade é o falo, e, segundo Monick (1993), nenhum homem precisa aprender o que é falo, pois ele mesmo se apresenta como um deus. O falo é o selo, a “marca fundamental da masculinidade”, e o seu uso é a fonte da autoridade masculina sobre aqueles que entram em contato com ele. Embora, efetivamente, não seja a psicanálise o caminho tomado neste trabalho, vê-se claramente, nas atitudes patriarcais, o domínio psicanalítico do imaginário fálico desenvolvido através da História. Mas a instrução e o repassar do modelo padrão de masculinidade através dos séculos não bastaram para completar e fazer aflorar a essência da masculinidade no homem, diz Badinter (1993). Foi e é necessário um constante aprendizado, cuja ordem mais freqüente é “seja homem”, o que implica a compreensão de que a masculinidade não é tão evidente, nem tão natural como se pretende.

Parafraseando mais uma vez Simone de Beauvoir, quando disse que “as mulheres não nascem mulheres, elas são feitas mulheres”, pode-se afirmar que os homens também não nascem homens, são feitos homens. As ordens, os deveres e as provas são os desafios a serem cumpridos como tarefas freqüentes, desde o nascimento da criança do sexo masculino. O “ser homem” é um esforço que deve ser feito constantemente e qualquer falha implica perda de respeito, de poder, e causa danos irreparáveis à identidade masculina, provoca crises em todo o meio social e, principalmente, ocasiona distúrbios psíquicos, desfecha violência, assassinato e suicídio.

O homem, de modo geral, tem pouca confiança em sua identidade sexual. A constante cobrança da sociedade para que prove sua virilidade o deixa

permanentemente alerta para enfrentar e superar as provações que a mulher nem chega a conhecer.

Normalmente, as falhas são provocadas por problemas de ordem ideológica, social ou econômica, como, por exemplo o desemprego e o desvio sexual, situações percebidas pelos próprios homens como condenáveis e condenadas. Os mecanismos históricos responsáveis pela construção e manutenção dessa ordem fornecem instrumentos que permitem compreender alguns aspectos dos produtos que estão por trás dos interesses das instituições que eternizaram a compreensão da naturalização dos processos socioculturais, legitimando a superioridade do ser humano masculino.

O entendimento encoberto: a naturalização do social

“QUANDO SE AFIRMA QUE É *NATURAL* QUE a mulher se ocupe do espaço doméstico, deixando livre para o homem o espaço público, está-se, rigorosamente, *naturalizando* um resultado da história.” Emblemática, a frase da cientista social Heleieth Saffioti (1987, p. 11) reflete exatamente a ideologia que aponta para o entendimento das causas que levam os homens a agir e a pensar de determinada maneira, firmando o caráter histórico da “*naturalização do social*.”

Considerando o entrosamento da ideologia a tudo o que é simbólico, compreende-se o simbolismo dos interesses sociais que, durante séculos, ligaram a vida da mulher ao espaço doméstico e a vida dos homens ao espaço público. É aparente a compreensão da tutela que o homem exercia sobre a mulher, até pouco tempo atrás. Ela estava diretamente relacionada à ordem econômica e ao controle político da sociedade.

A ordem econômica, por exemplo, no Brasil, porque a dependência feminina, desde a sociedade colonial, compreendia a subordinação da mulher ao pai, ao irmão, ao marido ou ao tutor, demonstra claramente a exploração da mão-de-obra gratuita, para a manutenção da auto-suficiência das residências, fenômeno necessário ao despotismo senhorial presente na sociedade. A mão-de-obra feminina, função produtiva primária, era a encarregada de suprir o escasso mercado de serviços e, dada a desvalorização do espaço doméstico, o trabalho executado caracterizava-se como tarefa essencialmente “natural” da mulher.

A ordem política para a manutenção da supremacia masculina, presente em todas as classes sociais, fortalece as desigualdades de oportunidades entre os seres e garante a hegemonia do ser que se considera superior. Os fenômenos sociais são morais em sua essência e o apego às idéias morais não é apenas

imposto num sentido simples, é a própria fonte da conduta intencional, afirma Durkheim.⁸ Por exemplo, na França do século XIX, a política tomou conta dos espaços privado e público, interiorizando as mulheres no primeiro e fortalecendo a presença dos homens no segundo, impedindo a inversão da ordem “natural” de ocupação dos espaços, uma vez que na Revolução as mulheres se mostraram “perigosas” quando saíram às ruas armadas e organizadas, mesmo que somente para discutir o aumento do preço do pão (Hunt, 1991).

A reflexão sociológica desse fato subentende a interação social como uma ordem normal, ou seja, usar a política para manter a supremacia masculina sob forma de coação é instituir uma norma obrigatória para todos os membros da sociedade, revestindo, portanto, um poder de sanção.

A religião também tenta explicar o mundo social como o mundo da natureza, a ponto de se confundir a ordem social com a ordem moral. Na Inglaterra, no início do século XIX, nos núcleos principais das paróquias onde a religião evangélica se formava, os homens cuidavam da vida pública e as mulheres eram o centro do lar, seguindo a “regra da natureza, confirmada pelo costume e pelas relações sociais”, diz Hall (1991).

Esse controle social denota que o condicionamento e a limitação obrigam pessoas a desempenhar funções de caráter social. Os mecanismos, o condicionamento e a limitação são sociais na medida em que, de uma maneira ou de outra, envolvem ações de outras pessoas, tais como o uso de sanções, o processo de socialização, a interiorização, a manipulação deliberada de símbolos, entre outras. Esse controle beneficia os indivíduos cujos interesses estão em desacordo com os interesses das pessoas controladas, pois ele é a dominação social intencional, revestida de um caráter “natural”.

Bibliografia

ALGRANTI, L. M. *Honradas e devotas mulheres da Colônia: condição feminina nos conventos e recolhimentos do sudeste do Brasil (1750-1822)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

BADINTER, E. *XY: sobre a identidade masculina*. 2. ed. Tradução de Maria Ignez Duque Estrada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

DEL PRIORE, M. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993

ESTEVES, M de A. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da belle époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989

FRENCH, M. *A guerra contra as mulheres: uma denúncia devastadora da situação da mulher no mundo de hoje*. São Paulo: Best Seller, 1992.

HALL, C. Sweet Home. In: PERROT, Michelle. *História da vida privada: da revolução francesa à primeira guerra*. Tradução de Denise Buttman. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. v. 4, p. 53-87.

HUNT, L. Outrora, em outro lugar. In: PERROT, M. *História da vida privada: da revolução francesa à primeira guerra*. Tradução de Denise Buttman. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. v. 4, p. 21-51.

LEITÃO, E V. *A mulher na língua do povo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.

LOPES, O. de C. *A medicina no tempo*. São Paulo: Melhoramentos, 1970.

MONICK, E. *Falo: a sagrada imagem do masculino*. Tradução de Jane Maria Correa. São Paulo: Edições Paulinas, 1993.

NADER, M. B. N. *Mulher: do destino biológico ao destino social*. Vitória: EDUFES, 1997.

OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

SAMARA, E. de M. *Gênero em debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea*. São Paulo: EDUC, 1997.

SAFFIOTTI, H. I. B. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

SILVA B. (Coord.). *Dicionário de ciências sociais*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Mulher e Realidade: mulher e educação*, Porto Alegre, v.16, n. 2, jul./dez. 1990.

SOIHET, R. Enfoques feministas e a história. In: SAMARA, E. de M. *Gênero em debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea*. São Paulo: EDUC, 1997.

Notas

1 É o perfil assumido pelo ser humano à medida cumpre determinadas funções dadas e definidas pela sociedade.

2 Tanto para Silva (1986) como para Outhwaite (1996), a origem da expressão papel social está no uso centenário do teatro ocidental. A expressão pode ser utilizada como uma metáfora para o entendimento do conceito de papel social.

3 Sobre o assunto, ver Soihet (1997) e Scott (1990).

4 Sobre o assunto, ver Soihet (1997), Scott (1990) e Samara (1997).

5 Sobre o assunto, ver French (1992), Algranti (1993) e Esteves (1989).

6 O estudo de gênero influencia trabalhos em áreas que estudam homens e mulheres, tais como Educação Física, Educação, Psicologia, Sociologia, Filosofia, Medicina, Letras, Biologia, entre outras.

7 Exemplos: *diplomata* significa funcionário que pertence ao quadro de serviço diplomático de um país; *político* trata daquele que se ocupa da política. Sobre o assunto, ver Leitão (1981).